



Pré-Sal: baixo risco torna necessário um novo marco regulatório

O presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, faz palestra abordando áreas estratégicas e o novo marco regulatório

www.ajsp.gov.br



PÁGINAS 4 e 5

CONFIRA O
CRONOGRAMA
DAS ELEIÇÕES DA
DIRETORIA DO
SENGE-RJ

Página 7

HABITAÇÃO PARA TODOS

O secretário municipal de habitação do Rio, Jorge Bittar, afirma estratégias contra o crescimento desordenado da cidade e perspectivas para reduzir o déficit Habitacional



PÁGINA 8

Punição para os torturadores e seus colaboradores

Em ação inédita no país, o Ministério Público Federal de São Paulo moveu ação civil pública contra o deputado federal Paulo Maluf (PP-SP), o senador Romeu Tuma (PTB-SP) e o diretor da Eletrobrás Miguel Colasuonno. Os três são acusados de participar de um esquema de ocultação de cadáveres de opositores ao regime militar, na década de 70.

O esquema funcionava assim. Os presos políticos eram assassinados pelos órgãos da repressão, o legista assinava laudos falsos escondendo a verdadeira causa da morte e a prefeitura criava os locais para que os corpos fossem enterrados sem serem descobertos.

Maluf foi prefeito de São Paulo de 1969 a 1971 e construiu o cemitério de Perus. Ele está sendo acusado de ter construído quadras destinadas aos “terroristas”. Colasuonno foi prefeito de S. Paulo de 1973 a 1975 e está sendo acusado de ter “reurbanizado” o cemitério de Vila Formosa, impossibilitando a identificação dos locais onde estavam os corpos de militantes.

Miguel Colasuonno ocupa hoje o cargo de diretor da Eletrobrás e devido a gravidade das acusações é necessário que ele seja afastado imediatamente do cargo até que os fatos sejam esclarecidos. Não pode pairar nenhuma dúvida de crimes dessa natureza, de lesa-humanidade, praticados por ocupantes de cargos públicos.

Apagão x Interrupção do fornecimento: onde há diferença?

■ CLAYTON VABO

Nos anos de 2001 e 2002, em plena era FHC, quando o país vivia sob a sanha neoliberal conduzida pelos tucanos e pelos velhos oportunistas do poder, o país viveu uma crise nacional que afetou o fornecimento e distribuição de energia elétrica, os chamados “Apagões”. Ocorreram nos dois últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, causados por absoluta falta de planejamento e investimentos em geração e transmissão de energia, resultado das condições criminosas impostas na ocasião pelo famigerado FMI, que proibia investimentos em infraestruturas de forma a garantir a formação de reserva de capital para pagamento dos serviços da dívida externa, o que foi fielmente cumprido pelo tucanato servil em detrimento dos interesses do povo brasileiro.

Durante toda a era FHC, não ocorreram os investimentos necessários à expansão da geração e do sistema de transmissão de forma a atender ao crescimento da demanda de energia elétrica e, com isso, o povo brasileiro foi obrigado a sofrer com os racionamentos de energia e a pagar tarifas muito maiores, sobretudo pela entrada de usinas térmicas privadas no sistema, que se aproveitaram da crise para explorar e maximizar seus lucros. Claro, esta é a lógica do capital.

Com a chegada do governo Lula, sob a orientação da Ministra de Minas e Energia à época, Dilma Roussef, foi retomado o planejamento de longo prazo pela Eletrobrás e a imediata expansão do sistema elétrico nacional, através da construção de diversas

usinas geradoras e de linhas de transmissão, proporcionando a retomada da operação do sistema interligado em condições estáveis e o afastamento de novos racionamentos.

No último dia 10 de novembro, uma possível falha no sistema de transmissão, que provocou a saída da usina de Itaipu, trouxe de volta aos consumidores da região sudeste, em especial do RJ, SP e ES, o pesadelo dos apagões ocorridos na era FHC. Embora a causa do problema ainda não tenha sido esclarecida totalmente, é fundamental diferenciarmos os tipos de ocorrências nos dois governos:

Na era FHC ocorreram apagões pela total ausência de investimentos e pela incapacidade do sistema elétrico em atender à demanda, o que fez com que os tucanos adotassem o racionamento como remédio amargo à população.

No governo Lula, ocorreu interrupção do fornecimento devido à possível falha no sistema de transmissão, mas num panorama de enormes reservas de energia hidráulica com os reservatórios, especialmente no sul e sudeste do país, abarrotados e com o sistema elétrico com plena capacidade de geração e transmissão capaz de atender com folga à demanda nacional.

Aí está a diferença entre as ocorrências em duas épocas distintas: interrupção do fornecimento ocorre a partir de falha em equipamentos ou por razão humana. Apagão ocorre por incompetência, ausência de vontade política e falta de vergonha na cara.

Aí está a diferença entre as ocorrências em duas épocas distintas: interrupção do fornecimento ocorre a partir de falha em equipamentos ou por razão humana. Apagão ocorre por incompetência, ausência de vontade política e falta de vergonha na cara.

“ Interrupção do fornecimento ocorre a partir de falha em equipamentos ou por razão humana. Apagão ocorre por incompetência, ausência de vontade política e falta de vergonha na cara ”

■ Engenheiro Eletricista, Diretor do SENGE-RJ e Conselheiro do CREA-RJ



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio José Martins, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Nascimento, Fernando Turino, Flavio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes, Gilberto da Silva Nunes, Gunter Angelkorte, Günther Benedict Craesmeyer, Jorge Antonio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio Cezar Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antonio Barbosa, Maria Virginia Brandão, Olimpio Alves dos Santos, Paulino Cabral da Silva, Paulo César Granja, Sergio Gomes dos Santos, Sonia da Costa Rodrigues

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, Günther Benedict Craesmeyer, José Stelberto Porto Soares e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Aloisio Souza da Silva; Paulo Cesar Quintanilha; Sergio Barbosa de Almeida; **Suplentes:** Antonio Carlos Soares Pereira; Catarina Luiza de Araujo; Rubem Corveto de Azeredo.

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)

Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 5.500 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Monitor Mercantil

Estudos e pesquisas para transformar a sociedade



Os cinco livros do projeto “Pensar o Brasil – Construir o Futuro da Nação” trazem reflexão e amadurecimento aos profissionais de engenharia

O projeto “Pensar o Brasil – Construir o Futuro da Nação” já lançou 5 livros entre 2008 e 2009, qualificando o debate realizado em seus núcleos estaduais. Uma iniciativa do Sistema Confea/Creas que contribui para a construção de um projeto de nação, com o debate de profissionais integrantes do Sistema, entidades de profissionais e demais organizações da sociedade, o objetivo é produzir um conjunto de estudos e documentos que instrumentalizem a inserção do Sistema na construção de uma proposta de Modelo de Desenvolvimento Nacional Sustentável para o país, com justiça social e distribuição de renda.

Focando em políticas públicas e nos interesses sociais e humanos, o projeto se organiza em dois eixos, são eles: “O Profissional e a Transformação da Natureza”, abrangendo setores que correspondem à ocupação e integração do território nacional: energia, habitação, saneamento, espaço rural, espaço urbano, transporte e recursos naturais; e “A Formação e as Relações Profissionais”, abrangendo setores de desenvol-

vimento humano e as inter-relações: educação, ciência e tecnologia, trabalho e comunicação.

OS LIVROS

O primeiro livro da série, com o título “Amazônia – Soberania e Desenvolvimento Sustentável”, do engenheiro e doutor em economia Márcio Henrique Monteiro de Castro, tem apresentação do Presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Marcos Túlio de Melo; e do coordenador do Projeto Pensar o Brasil Luiz Carlos Correa Soares.

O livro seguinte, “Semi-Árido – Uma Visão Holística”, de Roberto Malvezzi, formado em filosofia, estudos sociais e teologia, também tem a apresentação do Presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo; e do coordenador do Projeto Pensar o Brasil Luiz Carlos Correa Soares.

O terceiro livro “Transportes – Fundamentos e propostas para o Brasil”, tem a autoria de Raphael

Padula, graduado em ciências econômicas, meste e doutor em engenharia de produção. Este traz a apresentação do Presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo; e do coordenador do Projeto Pensar o Brasil Clovis Nascimento Filho

O quarto livro da série “Pensar o Brasil – Construir o Futuro da Nação” tem o título “O Cerrado em disputa – Apropriação global e resistências locais”, escrito pelo engenheiro agrônomo, com mestrado em organização humana do espaço, Carlos Eduardo Mazzeto Silva, também traz a apresentação do Presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo; e do coordenador do Projeto Pensar o Brasil Clovis Nascimento Filho.

O livro “Setor Elétrico Brasileiro - Uma Aventura Mercantil” é a quinta publicação, de autoria do engenheiro Roberto Pereira D'Araujo. O livro tem apresentação do Presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, e do coordenador do Projeto Pensar o Brasil Clovis Nascimento Filho; e prefácio assinado pelo diretor da COPPE-UFRJ Luiz Pinguelli Rosa.

CONVOCAÇÕES

Eleição de representantes sindicais

NAS EMPRESAS

• A realização da eleição de representantes sindicais do SENGE-RJ nas empresas foi aprovada em assembléia e acontecerá nos dias 9, 10 e 11 de março de 2010. As inscrições de candidatos será até o dia 26 de fevereiro de 2010. Os interessados poderão obter o formulário de inscrição na sede do SENGE-RJ (Av. Rio Branco, 277, 17º andar).

NO CREA-RJ

• A eleição de representantes sindicais do SENGE-RJ no Conselho do CREA-RJ também foi aprovada em assembléia e acontecerá no dia 10 de dezembro de 2009, das 10 às 19h. As inscrições de candidatos será até o dia 8 de dezembro de 2009. As vagas disponíveis são nas modalidades: mecânica (2 vagas de efetivos e 2 de suplentes); eletricitista (2 vagas de efetivos e 2 de suplentes); e civil (1 vaga de efetivo e 1 de suplente). Os interessados poderão obter o formulário de inscrição na sede do SENGE-RJ (Av. Rio Branco, 277, 17º andar).

ACT da Ampla é aprovado com ressalvas

Em Assembléia realizada no dia 25 de novembro, os engenheiros da Ampla aprovaram o ACT proposto, porém com ressalvas importantes. As deliberações dos engenheiros foram comunicadas pelo SENGE-RJ através de ofício, em 30 de novembro. Aguarda-se agora o pronunciamento da empresa para assinatura do acordo.

As principais deliberações foram as seguintes:

O período de vigência do ACT será de um ano, correspondendo ao período de 01 de outubro de 2009 a 30 de setembro de 2010, com reajuste salarial de 4,45 % acrescido de 0,2%, incidente sobre o salário base de setembro de 2009 e mais um abono de R\$1.000,00. O mesmo índice de reajuste dos salários incidirá também sobre as demais cláusulas financeiras do acordo.

O acordo proposto para aumento da jornada de trabalho sem a justa contrapartida salarial, que foi aprovado nas assembléias dos sindicatos majoritários, foi rejeitado pela maioria dos engenheiros.

Houve aprovação também de taxa assistencial em favor do SENGE-RJ, equivalente a 1% do salário base já corrigido dos engenheiros não associados ao Sindicato, em um único desconto, com direito à oposição pelos profissionais através de carta endereçada ao SENGERRJ, respeitando o prazo de dez dias úteis após a assinatura do Acordo.

Na proposta aprovada para o ACT não há cláusula específica para o Piso Salarial dos Engenheiros, e o SENGERRJ espera que a empresa cumpra com o que está definido na Lei 4950-A/66.



“As decisões estratégicas serão tomadas por brasileiros, no Brasil”

SÉRGIO GABRIELLI,
presidente da Petrobras



O Pré-Sal e o Desenvolvimento

O presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli, faz palestra sobre as áreas petrolíferas estratégicas

O presidente da Petrobras, José Sergio Gabrielli, apresentou no auditório do Clube de Engenharia a palestra “O Pré-Sal e o Desenvolvimento Social”, dia 9 de novembro.

De acordo com o presidente, um dos principais desafios das empresas petrolíferas vai ser suprir o crescimento da demanda de petróleo nos próximos anos. Ele diz que a Petrobras está descobrindo novas reservas e realizando a manutenção dos campos já existentes para atender a necessidade de adicionar, até 2030, entre 66 e 85 bilhões de barris de óleo à produção atual. Gabrielli declara: “leva-se um tempo entre a descoberta e o crescimento, grande parte do crescimento da Petrobras após 98 é devido a descobertas feitas antes de 98”.

O pré-sal é muito importante para o crescimento das reservas e Sérgio Gabrielli reforçou o êxito da Petrobras nas novas descobertas. O presidente da Petrobras destaca: “somos recordistas na produção offshore do Brasil, com 88% da operação nos campos dessa região e temos elevado grau de sucesso nos poços perfurados no pré-sal”.

Sérgio Gabrielli diz que, no desafio da oferta mundial de petróleo, a diferença deverá ser suprida pela incorporação de novas descobertas, por fontes alternativas de energia e uma maior eficiência energética. E a Petrobrás, como operadora única do Pré-Sal, irá atuar no desenvolvimento das tecnologias necessárias para a condução das atividades, na contratação e treinamento de pessoal qualificado a planejar e executar as atividades, na contratação e execução de serviços especializados, na contratação da construção dos bens de capital necessários. E, segundo Gabrielli, com a garantia de que as decisões estratégicas serão tomadas por brasileiros, no Brasil.

NOVO MARCO REGULATÓRIO

Gabrielli afirma a proposta de um novo marco regulatório para a exploração e produção de petróleo. Caso esse sistema seja aprovado pelo Governo, a empresa será obrigatoriamente operadora em 100% das áreas do pré-sal. E terá o mínimo de 30% de



participação em todos os campos da região. “A maior parte das operadoras de campos em regiões como, por exemplo, o Golfo do México e a Costa Oeste da África têm mais de 30% de participação nos blocos”, explica. O presidente da Petrobras afirma que o novo marco regulatório precisa levar em conta uma nova realidade, o baixo risco. “Mas, por enquanto, o Governo mantém o atual regime de concessões. Parte do Petróleo paga os custos para produzir o

petróleo, a outra parte é o lucro óleo”, declara.

Ele também esclareceu como será o funcionamento do sistema de cessão onerosa, previsto na proposta de um novo marco regulatório: a União transfere à Petrobras o direito de explorar até 5 bilhões de barris, em áreas a serem determinadas. Mas as áreas já licitadas no modelo atual de concessão não estão incluídas na proposta do novo marco regulatório.

De acordo com Sérgio Gabrielli, na valoração da

nto Social

as e o novo marco regulatório



Fotos: Júlia Gaspar

Platéia lota o auditório do Clube de Engenharia para ouvir o presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli

cessão onerosa vão ser considerados os seguintes fatores: curva de produção, investimentos, custo de produção, taxa de desconto, ambiente fiscal (com participações governamentais), grau do desenvolvimento das reservas e conhecimento das mesmas, cenário de preço futuro e volume do óleo.

O presidente da Petrobras destacou também que os investimentos da Petrobras, de 2009 até 2013, estão previstos para algo em torno de US\$ 174,4 bilhões.

Trabalhadores da Light são desrespeitados pela rádio BandNews FM

Jornalista Rodolfo Schneider diz que o quadro técnico da empresa precisa ser substituído, o SENGE-RJ envia reclamação para a emissora

Leia a carta do SENGE-RJ enviada para a BandNews:

Como representante dos engenheiros, o SENGE-RJ (Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro) recebeu com indignação o comentário infeliz do jornalista Rodolfo Schneider, feito nesta manhã (27/11), no programa que vai das 9h às 10h, com o jornalista Ricardo Boechat, na Bandnews FM Rio.

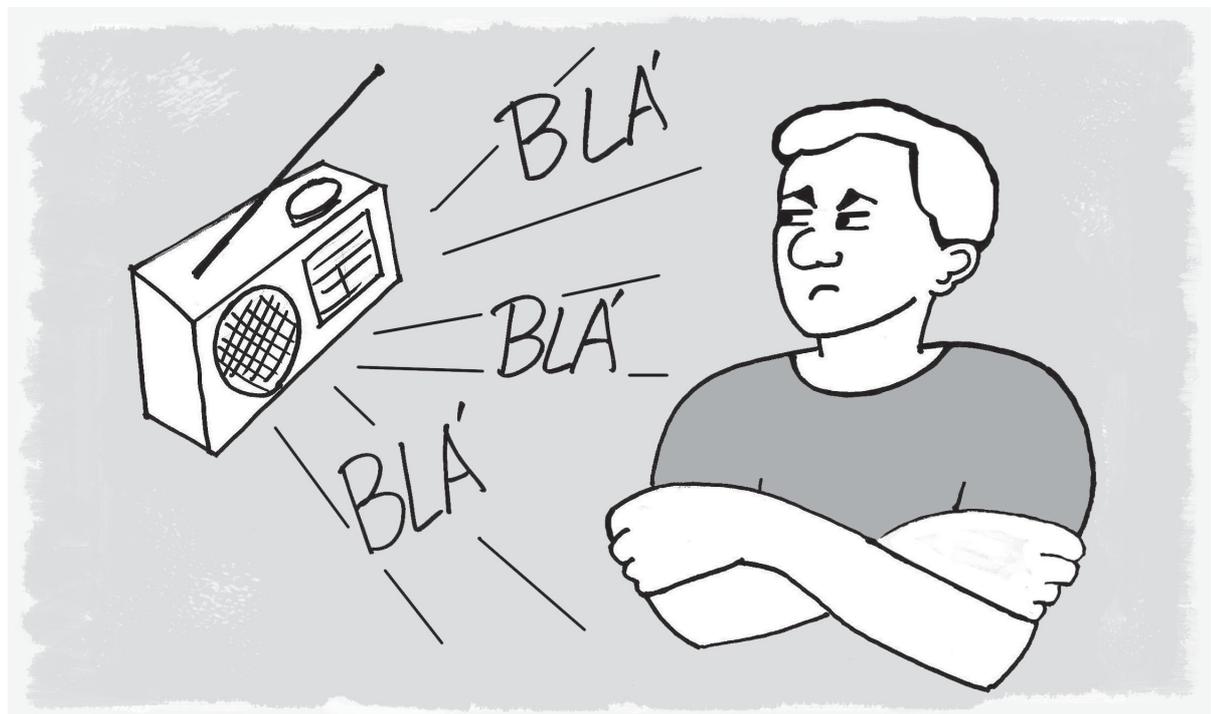
O jornalista declarou que “a Light deveria substituir todo o seu quadro técnico”. Podemos afirmar que o quadro técnico da Light, empresa centenária, é referência técnica para as demais empresas do setor elétrico brasileiro. No caso recente das interrupções de energia elétrica na Zona Sul e em outras regiões da sua área de concessão, os serviços de restabelecimento já estão sendo supervisionados por engenheiros com experiência de mais de 20 anos e técnicos eletricitistas da Light com vasto conhecimento técnico.

A Zona Sul tem um sistema super eficiente, porém complexo em casos de defeitos, para o seu

pronto restabelecimento. São milhares de quilômetros de cabos enterrados e é preciso identificar o ponto de defeito. A atitude técnica de, infelizmente, ter que deixar uma região da Zona Sul sem energia foi tomada por engenheiros, com a finalidade de não propagar o problema para vários bairros. Os especialistas tomaram a atitude correta, isolando o defeito, a fim de evitar a falta de energia em uma região muito maior, também suprida pela mesma rede subterrânea.

A colocação do jornalista leva a população insatisfeita a culpar e a agredir os funcionários da Light, que estão dobrando o seu turno de trabalho e abrindo mão das folgas merecidas para conseguir o restabelecimento da energia o mais breve possível. Enquanto deveria cobrar da Light uma política de investimentos sem a terceirização da sua mão-de-obra.

Diretoria do SENGE-RJ



E N C O N T R O S

Mil almas nas cidades,
Com rumos divergentes,
De todas as idades,
Ondas de gente.

Assuntos comuns os unem.
Desejos a serem saciados.
Os pensamentos se fundem,
Como amigos identificados.

Homem ou mulher.
A idade não é eleita,
A empatia vai escolher
E a amizade está feita.

Razões inexplicáveis.
Do interior das duas partes,
São tão aceitáveis
Que se vêem como objetos de arte.

Admiram-se mutuamente,
Só fartos elogios eloqüentes,
Palavras soam fluentes,
É o fraternal presente.



Mas dependendo da situação,
Rumos interessantes podem tomar.
O encontro transmite uma sensação
Que paira algo mais no ar.

Há os casuais,
Os profissionais,
Os passionais
E os intencionais.

Alguns causam respeito,
Pela história ouvida.
O impressionante dito e feito
Da dura luta vencida.

Há os alegres, descontraídos,
Com hora marcada,
Ao sol ou escondido.
Frutos da intenção idealizada.

Os passionais são incontroláveis,
Curtos e marcantes.
Como os corações são indomáveis
Então as partes se tornam amantes.

Raul Pessôa é engenheiro civil, especializado em obras hidráulicas. Diretor-Presidente da Associação dos Rondonistas do Estado do Rio de Janeiro / PROJETO RONDON-RJ.

• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

EPE: negociações do ACT 2009/2010

• Em reunião com o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, e os Sindicatos que negociam o ACT na empresa (SENGE-RJ, Sintergia e Sindecom), a EPE apresentou como contra proposta um reajuste de 9,8% retroativo ao mês de maio de 2009 (Data-Base) para um acordo válido por dois anos. Submetida à Assembléia, que contou com a presença de 121 empregados, a contra proposta foi rejeitada por unanimidade. A Assembléia ainda deliberou pela equiparação com o setor elétrico no que se refere às cláusulas econômicas e o abono de perda de massa. Além disso, priorizou algumas cláusulas, sem as quais não haverá acordo entre as partes, que foram encaminhadas formalmente para a direção da empresa.

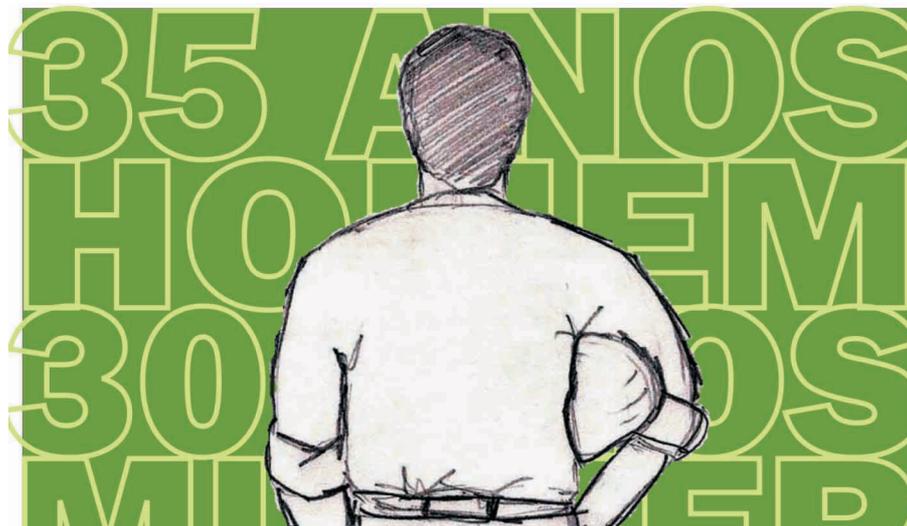
Palestra e debate: Previdência Pública, Privada e Aposentadoria

• O SENGE-RJ convida para uma palestra sobre previdência pública, privada e aposentadoria, com o advogado Dr. Sérgio Pardal Freudenthal, especializado em Direito Previdenciário e Infortunistico e autor de vários livros, entre eles: “Aposentadoria Especial”, dia 10 de dezembro, às 18h30, no auditório do Sindicato (Av. Rio Branco, 277 / 17º andar). Após a palestra, acontecerá um debate com a presença da assessoria jurídica do SENGE-RJ e do CREA-RJ.



Dicas sobre o processo de aposentadoria

Para ter a aposentadoria, os homens precisam ter 35 anos de contribuição ou 65 anos de idade e as mulheres precisam de 30 anos de contribuição ou 60 anos de idade. Mas os engenheiros tinham, até 1995, uma aposentadoria especial, caracterizada pelo direito de se aposentar com 25 anos de trabalho; ou pela soma ao período trabalhado (até 1995) de 40% a mais no tempo de serviço. Este direito representava uma aposentadoria por categoria profissional, para o trabalhador exposto a uma condição especial, ou seja, a agentes nocivos de saúde ou outras condições determinadas pela lei. Porém, o engenheiro estava incluído nesta condição para se aposentar, mesmo que não trabalhasse exposto a algum agente nocivo. Hoje, a partir de uma lei de 2009, o engenheiro que tem tempo de trabalho comprovado incluindo um período até 1995 tem direito a esta contagem especial referida somada ao seu tempo total de trabalho, ou seja, contar 40% a mais de tempo de serviço no



período trabalhado até 1995.

O que comprovava este tempo trabalhado era o SB40, um formulário que informava as condições do empregado, que hoje foi substituído pelo PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), um formulário do INSS fornecido pela empresa e obrigatório na rescisão, que especifica a função do empregado e o agente nocivo ao qual ele foi exposto. Além

disso, há a obrigatoriedade de um laudo técnico de um médico ou engenheiro do trabalho, que deve ter também informações sobre a existência de tecnologia de proteção coletiva ou individual (IPC ou IPP) que diminua a intensidade do agente agressivo. Há limites de tolerância e recomendações exigidas em relação aos agentes nocivos adotados pelo estabelecimento.

É importante lembrar também que o tempo servido nas forças armadas conta como tempo de serviço na aposentadoria.

Agendamento no INSS

O primeiro passo para quem já tem o direito à aposentadoria é agendar um horário em uma agência do INSS, através do endereço eletrônico www.previdenciasocial.gov.br ou pelo telefone 135. Geralmente é agendado um horário perto da residência do trabalhador. Para dar a entrada no processo de aposentadoria, é preciso levar carteira de trabalho, CPF e comprovante de residência. É importante pedir o protocolo, principalmente porque vão ser entregues os documentos originais. O INSS tem até 45 dias para responder à solicitação.

• Para mais informações, engenheiro, procure o departamento jurídico do SENGE-RJ, através do telefone: 3505-0706.

ELEIÇÕES DA DIRETORIA DO SENGE-RJ

Mandato: 05/04/2010 a 05/04/2013

• Em assembléia realizada no SENGE-RJ, dia 24 de novembro, foi eleita a comissão eleitoral com os seguintes membros: Alcebiades Fonseca, Arciley Alves Pinheiro, Márcio Cazelli, Luiz Antônio Meirelles. Na ocasião, foi aprovado o calendário eleitoral, conforme a tabela abaixo, e sugerida que a próxima eleição possa ser feita também pela internet, o que está sendo estudado pela comissão eleitoral.

Inscrição de chapas	06/Jan a 05/Fev
Divulgação das chapas	10/Fev a 22/Mar
Impugnação de candidato	05/Fev a 19/Fev
Substituição de candidato impugnado	25/Fev
Divulgação de horários e locais de votação	10/Fev a 23/Mar
Eleições	23/Mar a 25/Mar
Apuração das eleições	26/Mar
Divulgação do resultado das eleições	26/Mar
Interposição de recursos	29/Mar a 31/Mar
Divulgação de decisões	02/Abr
Posse da diretoria eleita	05/Abr

ART

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o **número 27**. Desta forma você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

LEI 4950-A/66

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL



Os novos rumos da habitação

O secretário municipal de habitação, Jorge Bittar, fala de estratégias contra o crescimento desordenado da cidade e cita os programas Minha Casa Minha Vida e Porto Maravilha

O deputado federal e secretário municipal de habitação do Rio, Jorge Bittar, fez uma palestra no auditório do SENGE-RJ, dia 17 de novembro, sobre o Programa de Habitação para a cidade do Rio de Janeiro.

Jorge Bittar falou sobre as décadas de crescimento desordenado da cidade, com crise fiscal prolongada, favelas que proliferaram, aumento do déficit habitacional, além da péssima qualidade e altos preços do transporte público. “Há o déficit de 6.272.645 moradias no Brasil. Só no Rio de Janeiro faltam 221.975 habitações”, afirma o secretário. Ele explica que esse déficit é medido pelas habitações precárias, pela coabitação familiar (mais de uma família na mesma residência), pelo ônus excessivo com aluguel, adensamento excessivo de certas habitações, pelas áreas de risco que não são elimináveis, pela necessidade de reassentamento e desassentamento em favelas e pelo adensamento domiciliar excessivo em apartamento.

ESTRATÉGIA DE ABORDAGEM

Como estratégia de abordagem, Bittar citou a integração das favelas à cidade, a produção de habitação de interesse social e a integração da política habitacional ao planejamento e desenvolvimento da cidade. Para o secretário de habitação, é preciso ir além do programa Favela-Bairro, com uma intervenção mais profunda, acessibilidade para a habitação de interesse social, equipamentos sociais, trabalho social e um novo conceito de urbanização, através da presença permanente do Poder Público, que deve intervir com políticas sociais, segurança, manutenção e conservação.

Ele explica que é preciso também ter um controle do crescimento, através de monitoramento, do “pouso” que vai fiscalizar o crescimento das comunidades, com assistência e orientação técnica à população, além de uma regula-



Júlia Gaspar

”
O 'Minha Casa Minha Vida' permite moradia a quem nunca pode imaginar um financiamento habitacional, com facilidades, prazos bons, um fundo garantidor
“

rização fundiária.

Os recursos para a implantação desta realidade de integração das favelas à cidade, de acordo com o secretário municipal de habitação, somam mais de 1 bilhão de reais, vindos do PAC, Pró-Moradia, FNHIS, Prefeitura e BID. Ele explica que a produção habitacional de interesse social deve ter foco no déficit e na desfavelização.

MINHA CASA MINHA VIDA

Segundo Bittar, o programa 'Minha Casa Minha Vida' é inovador, um subsídio ao adquirente, um conjunto de medi-

mínimos. Além destas, mais de 56 mil unidades estão em desenvolvimento. A meta é construir 100 mil unidades em 4 anos.

No planejamento urbano, a zona oeste terá mais de 70% das unidades habitacionais, com infraestrutura urbana, equipamentos sociais e investimentos públicos e privados. Bittar explica também que é uma grande oportunidade para desfavelizar comunidades como: Indiana, Mangueira, Babilônia, Chapéu Mangueira, Cidade de Deus e Providência.

PORTO MARAVILHA

O secretário considera que a área central da cidade foi a que mais perdeu habitação. Mas espera recuperar esse quadro com o projeto Porto Maravilha, parceria público-privada que, de acordo com Bittar, pretende levar 10 mil unidades para a área portuária, com regularização fundiária.

Jorge Bittar afirmou que não haverá remoção de moradores da área que receberá obras do projeto Porto Maravilha, e que acontecerá a requalificação dos imóveis situados na região, um eventual reassentamento de algumas famílias, mas sempre dentro da área portuária. “Há habitações que estão em estado muito precário e que precisam de requalificação, para que eu possa reurbanizar imóveis, muitas vezes é preciso que as famílias saiam temporariamente, ou que possam ir para um outro empreendimento, outro conjunto habitacional, na própria área portuária. Tudo será feito mantendo as famílias na região”, afirma.

PLANO DIRETOR/PLANO DE HABITAÇÃO

Bittar explicou que é preciso utilizar instrumentos de política fundiária, tais como ZEIS, Dação e Pagamento, direito de Previdência, entre outros. Além de instrumentos que contribuam no controle da valorização imobiliária, tais como: solo criado, contribuição de melhoria, entre outros. E, principalmente, recursos para habitação de interesse social.